

A escola como local de reprodução e reafirmação de estereótipos de gênero: é possível romper com essa lógica?

Autora: Daniele Dionizio

2º semestre/ 2017

Texto Teórico

1. Introdução

As questões de gênero têm ocupado um importante lugar nas pesquisas científicas. Trabalhos ligados à identificação pessoal para além do sexo biológico; violência de gênero; homofobia; entre tantos outros aspectos que tangem esse universo, estão sendo produzidos nas diversas áreas do conhecimento, em diálogo com sociedades que discutem e demandam explicações para essas questões. A relação entre gênero e educação escolar tem despertado interesse, não apenas na produção científica, mas também no âmbito das decisões políticas relacionadas aos currículos pedagógicos.

Na sociedade ocidental contemporânea, as características emocionais e divisão das atividades são estabelecidas em função de um androcentrismo histórico, que atribui ao homem as atividades rentáveis, não relativas ao ambiente doméstico, assim como as características mais severas no ponto de vista afetivo, enquanto às mulheres são atribuídos o trabalho doméstico e as características afetivas consideradas socialmente positivas.

A atribuição desses estereótipos se dá por meio de processos culturais, sociais e políticos, que são constantemente afirmados e reafirmados a partir de instituições e práticas. Considerando a escola um campo fértil para o desenvolvimento de debates, é possível afirmar que abordar as questões de gênero no campo da educação possibilita, entre outras questões, o estabelecimento de maiores canais de diálogo e



a melhora na resolução de conflitos cotidianos dentro e fora das salas de aula. Dessa maneira, a inserção das discussões sobre gênero e outros marcadores sociais nas escolas têm objetivos que perpassam problemas relacionados a questões estruturais das sociedades contemporâneas.

2. Gênero e sociedade: algumas abordagens teóricas

O presente estudo foi desenvolvido a partir de diferentes abordagens teóricas que discutem o conceito de gênero, o caráter histórico da polarização dos sexos, o estudo do sexismo na escola e a sua colaboração na perpetuação das desigualdades sociais. Nessa breve explanação do conteúdo analisado, julgou-se necessário, antes de abordar a questão de gênero na instituição escolar, um maior aprofundamento no que diz respeito à desigualdade de gênero na sociedade como um todo, bem como a elucidação dos conceitos de sexo e gênero aqui utilizados.

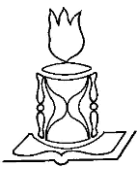
Guacira Louro, no livro *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, realiza um levantamento histórico da desigualdade de gênero nas sociedades ocidentais contemporâneas e da luta do movimento feminista contra essa distinção, capaz de limitar oportunidades e perpetuar desigualdades sociais. Tendo em vista o caráter cultural e histórico das concepções de gênero, a autora afirma que tanto os comportamentos quanto o imaginário de gênero que cercam determinadas atividades são aprendidos conforme a sociedade em que o indivíduo está inserido¹.

A especialista em questões de gênero Sara Delamont, diferencia os conceitos de gênero e sexo, apontando que este último termo diz respeito às características biológicas dos indivíduos, enquanto que o primeiro se refere aos aspectos não biológicos². No presente estudo, serão utilizados os conceitos de Delamont, ou seja, o termo “gênero” indicará características não relacionadas aos fatores biológicos dos sujeitos.

Ao problematizar a polarização de gênero entre masculino e feminino, Louro cita Joan Scott, que discorre sobre a importância de uma abordagem não dicotômica quando a temática é gênero, uma vez que é comum a concepção de que as ideias de homem e mulher pertençam a pólos distintos, que funcionam a partir de uma lógica

¹ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

² DELAMONT. S. Os papéis sexuais e a escola. Coleção BEP Horizonte Lisboa, 1985, p. 22.



de dominação e submissão.³ Essas abordagens não pluralizadas, aponta Scott, acabam por limitar teorias que, a princípio, deveriam ampliar as ideias relacionadas a esse campo. Sobre a construção dessa dicotomia a partir das relações de poder, Louro afirma:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. [...]

Relacionada, a princípio, às distinções biológicas, a diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero.⁴

Tem-se, portanto, que a dicotomia presente no conceito de gênero reproduz relações de dominação e submissão, ou seja, relações de poder que partem da diferenciação do sexo biológico, se reafirmando durante a vida do indivíduo por meio de práticas sociais, que, por sua vez, são produzidas a partir de processos históricos. Sendo assim, pode-se esperar que a escola seja, como aponta Delamont, mais uma instituição responsável por reproduzir (e até mesmo exacerbar) desigualdades⁵. No entanto, tendo em vista o caráter formador dessa instituição, é possível também que na escola as estruturas que perpetuam as desigualdades sejam questionadas, em uma busca pela ruptura com a lógica de dominação de um gênero sobre o outro.

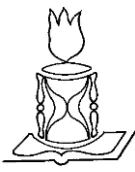
3. Trabalhando o conceito de interseccionalidade

O debate sobre marcadores sociais da diferença envolve questões políticas e teóricas, uma vez que tange relações sociais conflituosas que demandam não apenas um entendimento analítico, mas também estratégias de resistência individual e coletiva entre os grupos minoritários. A socióloga Daniele Kergoat define essas relações como as que se dão em torno de uma disputa envolvendo várias categorias

³SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n.2, p.71-99, 1995.

⁴ LOURO, op. cit., p. 41 e 45.

⁵DELAMONT, op. cit., p. 20.



sociais, uma vez que, para a autora, os sujeitos são coletivos, ou seja, não podem ser reduzidos apenas a uma categoria⁶.

Para o movimento feminista, até meados de 1970, as mulheres eram tidas como um grupo homogêneo que lutava por questões universais relativas aos indivíduos do sexo feminino. Foi no fim dessa década que o Feminismo Negro e os estudos pós-coloniais passaram a reivindicar atenção específica para mulheres negras, periféricas, lésbicas e pertencentes a outras minorias sociais, denunciando práticas da militância que beneficiavam apenas as mulheres brancas e de classe média. A partir dessa crítica, foi criado o conceito de interseccionalidade.

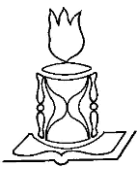
Para a filósofa Helena Hirata, a interseccionalidade, pode ser considerada um “projeto de conhecimento”, uma vez que, analiticamente, permite relacionar categorias sociais distintas imbricadas em uma mesma relação. Também se constitui como uma luta política, considerando que supera a hierarquização dos marcadores sociais de diferença e unifica resistências, podendo, dessa maneira, gerar resultados universais.⁷ A socióloga Heleieth Saffioti também entende a interseccionalidade como um instrumento político e de análise teórica, que pensa as opressões a partir dos três eixos em que a sociedade contemporânea se estrutura: gênero, classe e raça⁸.

Os aspectos apontados por essas teóricas demonstram que o uso da interseccionalidade como ferramenta na abordagem da construção dos papéis sociais de gênero demonstra que, apesar de ser possível analisar marcadores sociais individualmente, é preciso pensá-los como parte de contextos em que outros marcadores estão presentes. Sendo assim, o instrumento da interseccionalidade permite relacionar as questões de gênero com outras opressões também fomentadoras das desigualdades sociais.

⁶KERGOAT, D. “Dinâmica de consubstancialidade das relações sociais”. Novos Estudos Cebrap n. 86, março 2010.

⁷HIRATA, H. “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. Tempo Social, v. 26, n.1, junho 2014.

⁸SAFFIOTI, H. I. B. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. G. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: Ed, 34, 2002.



4. Os papéis de gênero e o cotidiano escolar

As discussões levantadas por Montserrat Moreno, em *Como se ensina a ser menina - o sexismo na escola*⁹ e pelas autoras de *O papel das escolas na socialização precoce das diferenças de gênero*¹⁰ permitem compreender como as instituições de ensino, bem como o estudo das ciências e da historiografia funcionam a partir da normatização androcêntrica. Os textos discutem, entre outras questões, como as experiências vividas por crianças de diferentes gêneros no ambiente escolar colaboram para o aumento ou para a diminuição das desigualdades, uma vez que as crianças são diretamente afetadas pelas diferenciações de gênero provenientes de duas fontes principais: os colegas e os professores.

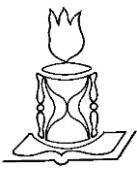
Essas diferenciações atuam na internalização de atitudes e comportamentos estereotipados aos quais os alunos são expostos, sejam eles conscientes ou inconscientes, implícitos ou explícitos. Além disso, as autoras apontam como tais diferenças também podem ser construídas precocemente a partir de outros elementos colocados à disposição das crianças no ambiente escolar - disciplinas, manuais escolares, materiais didáticos, ensino de língua, diferentes expectativas dos professores e professoras atribuídas aos alunos com base em seus gêneros, entre outros fatores.

Tendo como foco a fabricação dos indivíduos por meio da disciplina, Louro também aborda a questão de gênero no ambiente escolar. A partir de uma perspectiva *foucaultiana*, a autora demonstra como a construção de estereótipos de gênero é camuflada em processos aparentemente naturais. Na escola, esses processos podem ser percebidos na organização das filas, separação das brincadeiras e aparente diferenças de interesse em determinadas disciplinas e/ou falta de interesse em outras:

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das

⁹ MORENO, M. *Como se ensina a ser menina - o sexismo na escola*. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

¹⁰ BIGLER, R.; HAYES, A. R.; HAMILTON, V. *O papel das escolas na socialização precoce das diferenças de gênero*. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/textes-experts/pt-pt/2498/o-papel-das-escolas-na-socializacao-precoce-das-diferencas-de-genero.pdf>. Acesso em outubro de 2017.



diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe - são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores.¹¹

Para a teórica, portanto, os marcadores sociais das diferenças são reproduzidos em situações e instrumentos comuns ao cotidiano escolar, ao mesmo tempo que os definem. Dessa maneira, é fácil acostumar-se com essas diferenciações, em um processo de naturalização. Qual seria, diante disso, a tarefa dos agentes escolares?

De acordo com a especialista em educação Dagmar Meyer, em um contexto em que mesmo as “verdades” científicas são campo de disputas sociais, culturais e políticas, é papel dos educadores fomentar um processo de aprendizagem baseado no questionamento do que é tido como natural¹². Para Louro, os responsáveis pela educação escolar devem atuar de forma a questionar amplamente as estruturas que fomentam as desigualdades, ainda que essa atuação seja uma tarefa difícil, uma vez que significa colocar em xeque relações de poder com as quais é comum estar habituado.¹³

Apesar dos inúmeros desafios, a autora ressalta uma grande vantagem da instituição escolar no que diz respeito à quebra de padrões de gênero: o fato de ser um ambiente altamente propício ao “*cruzamento de fronteiras*” (LOURO, 1998), ou seja, à ocorrência de situações em que os limites estabelecidos (não apenas pela segregação de gênero, mas por outras diferenças) podem ser ultrapassados. Louro recorre a um estudo de Barrie Thorne para tratar sobre as diferentes possibilidades de reações das crianças diante das situações em que se encontram com o que é considerado diferente. De acordo com Thorne, ao mesmo tempo em que o contato com o universo do outro pode colaborar na desconstrução de visões pré-concebidas, também pode reforçar as diferenças¹⁴. A interferência dos educadores diante dessas situações é defendida por Louro:

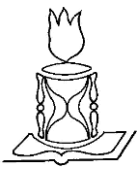
Portanto, se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também *fabrica* sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está

¹¹ LOURO, op. cit., p. 64.

¹² MEYER, D. Gênero e educação: teoria e política. In: **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação** / Guacira Lopes Louro, Jane Felipe Neckel, Silvana Vilodre Goellner (organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 11.

¹³ LOURO, op. cit., p. 65.

¹⁴ Ibidem, p. 79.



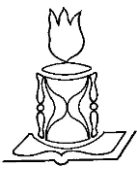
intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades.¹⁵

É possível, portanto, considerar as duas faces da escola no que tange às diferenças: o caráter reprodutor das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, as possibilidades de encontros e questionamentos que um ambiente composto por tamanha diversidade pode propiciar. A partir dessas constatações, a escola passa a ser um importante local de ação política, não apenas relacionada às questões de gênero, mas também a outros marcadores sociais, como classe e raça.

Partindo do conceito de *pedagogia cultural*, abordado por Meyer ao definir o processo educativo como composto por diversas práticas que não apenas a educação formal¹⁶, as atividades didáticas propostas buscarão resgatar memórias e práticas dos alunos que digam respeito à divisão de papéis sociais entre os indivíduos com base em seu sexo biológico. A ideia é que, a partir de discussões em sala de aula e contato com materiais como música e quadrinho, os alunos elaborem questionamentos e reflexões sobre a construção cotidiana dos estereótipos de gênero, bem como as possibilidades de ruptura com essas imposições, exercitando, principalmente, o estranhamento a partir do que é tido como natural.

¹⁵ Ibidem, p. 86.

¹⁶ MEYER, op. cit., p. 22.



Referências bibliográficas

BIGLER, R.; HAYES, A. R.; HAMILTON, V. O papel das escolas na socialização precoce das diferenças de gênero. **Enciclopédia da primeira infância**. 2003. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/textes-experts/pt-pt/2498/o-papel-das-escolas-na-socializacao-precoce-das-diferencas-de-genero.pdf>. Acesso em setembro de 2017.

DELAMONT, S. **Os papéis sexuais e a escola**. Coleção BEP Horizonte Lisboa, 1985.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, v. 26, n.1, junho 2014.

KERGOAT, D. **Dinâmica de consubstancialidade das relações sociais**. Novos Estudos Cebrap n. 86, março 2010.

LOURO, G.. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pósestruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEYER, D. Gênero e educação: teoria e política. In: **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação** / Guacira Lopes Louro, Jane Felipe Neckel, Silvana Vilodre Goellner (organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina - o sexismo na escola**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência contra a mulher e violência doméstica**. In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. G. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: Ed, 34, 2002.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n.2, p.71-99, 1995.